

Manutenção de línguas de herança: para uma didática da memória linguística
Katia de Abreu Chulata
Università “G. d’Annunzio” de Chieti-Pescara - Unich, Pescara, Itália; Secadi/Mec/Capes
Lincool
ISSN 2471-4356
Email da autora: kdeabre@hotmail.com

Resumo

A língua dos migrantes, de seus filhos, das crianças adotadas e de todos aqueles que, numa situação de migração, se veem em dificuldade ou impossibilitados de se manifestar na própria língua materna ou herdada por laços familiares ou afetivos, sempre foi menosprezada ou até banida pelos governos e/ou pelas comunidades que acolhem esses migrantes, desterrados, exilados, adotados. Relevar a importância da língua de herança (LH) e indicar possibilidades de manutenção do português como língua de herança (PLH) é o objetivo do nosso estudo. O arcabouço teórico chamado aqui para orientar nossa discussão sobre o papel da memória linguística e cultural na constituição de sujeitos, em especial de descendentes de migrantes, são da ordem da Psicanálise, da Antropologia Filosófica e da Pedagogia Social.

Palavras-chave: língua de herança; português como língua de herança; memória; migrantes.

Abstract

The language of migrants, of their children, of children adopted and of all of those who, in a situation of migration, find themselves in difficulty or unable to express themselves in their own mother tongue or in the one inherited from family or affective ties, has always been slighted or even banished by the governments and/or by the communities that receive this migrants, outcasts, exiled and adopted. The goal of our study is to review the importance of the Heritage Language (HL) and indicate possibilities of maintenance of Portuguese as a Heritage Language (PHL). The theoretical skeleton invoked to guide our discussion about the role of the linguistic and cultural memory in the formation of the subjects, especially the migrants descendants, comes from the realm of Psychoanalysis, Philosophical Anthropology and Social Pedagogy.

Keywords: heritage language; Portuguese as a Heritage Language, memory, migrants.

Introdução

As pequenas e as grandes migrações sempre preocuparam os governos dos países acolhedores. O âmbito de tais preocupações são, principalmente, da ordem da chamada segurança pública, com todas as implicações derivantes e/ou consequentes, tais como choque cultural e impacto econômico e social.

O patrimônio material e imaterial dos migrantes merece consideração somente quando ameaça provocar conflitos sociais e religiosos. A língua e a cultura dos migrantes adquirem visibilidade e suscitam preocupação quando passam a ocupar um espaço que pertence à população que acolhe. Assim, a memória linguística e cultural dos migrantes tende a ser apagada na medida em que o país estrangeiro não estabelece políticas de

manutenção da língua e da cultura desses migrantes, considerando desnecessária tal medida ou até mesmo nociva para a integração do migrante na nova sociedade.

Além disso, o desejo de preservar a memória linguística ou de abandonar os “interditos” da língua materna pertence à ordem da constituição da subjetividade, dos laços ou da negação deles com a língua materna, a língua que nos identifica como sujeitos (MELMAN, 1992). Sendo assim, são pelo menos duas as premissas para a preservação ou perda da memória linguística: uma social e outra subjetiva.

Segundo às condições apontadas, podemos concluir que o apagamento da memória linguística e cultural num contexto hostil à livre expressão linguística e cultural dos migrantes é consequência natural, quer haja o desejo de continuar a falar e escrever na língua materna quer não subsista esse desejo.

Por outro lado, o estrangeiro que “perde” a língua na sua (in)capacidade instrumental tem, de qualquer maneira, um “pertencimento” a uma língua “fundadora”, sua língua materna. Esse aspecto, o pertencimento a uma língua fundadora, se recuperado de maneira analítica e didática, pode funcionar como elemento detonador de consciência das possíveis potencialidades e, principalmente, de consciência de si e do outro, além de permitir a análise das próprias condições de sujeito linguístico inscrito em outro sistema simbólico.

A partir dessas premissas, nosso interesse no presente estudo, além de refletir sobre as implicações teóricas da chamada língua de herança, é determinar possíveis práticas culturais e didáticas a serem motivadas e realizadas com falantes de línguas minoritárias (no nosso caso, as línguas de herança dos migrantes), prescindindo de políticas linguísticas estabelecidas ou não pelos países acolhedores e pelos países de origem desses migrantes. O Português como Língua de Herança (PLH) e suas específicas práticas didáticas são nosso foco de interesse de pesquisa há algum tempo e nossos estudos se colocam no âmbito da reflexão sobre a língua dos migrantes, dos adotados, dos filhos de brasileiros no exterior e/ou daqueles que têm a língua portuguesa como patrimônio cultural e afetivo herdado¹. Além disso, mais adiante, daremos informações

¹ Abordamos esses temas nos seguintes artigos de nossa autoria “Mediação Linguística e Cultural: estudo de caso”, in (orgs.) Lima-Hernandes, M.C., Marçalo, M.J., Micheletti, G., de Rossi Martin, V.L., *A língua portuguesa no mundo*, FFLCH-USP, São Paulo: Editora da FFLCH, 2008; e “La mediazione linguistica e

de tipo institucional e pedagógico sobre o curso de PLH para filhos de brasileiros residentes na cidade de Pescara, filiado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação e à CAPES.

Memória linguística, cultural e afetiva: importância dessa herança

Concebemos a LH segundo Destro Boruchowski, para quem LH é “aquela utilizada com restrições, limitada a um grupo social ou ao ambiente familiar, e que convive com outra(s) língua(s) que circulam em outros setores, instituições e mídias da sociedade em que se vive” (Destro Boruchowski, 2015, p. 163). Em suma, a LH corresponde àquela bagagem invisível que cada migrante, cada criança adotada ou, na melhor das hipóteses, nascida numa família estrangeira, leva consigo e que adquire visibilidade somente no âmbito da família ou de uma comunidade restrita: uma mala a ser aberta somente em casa e com amigos; no caso de crianças e adolescentes adotados nem mesmo isso acontece: a língua de herança (língua materna que é a língua da memória afetiva) é substituída pela língua dos pais adotivos.

Como já afirmado em estudo recente (Chulata, 2015), a perda de território nativo leva migrantes de vários tipos a “perderem a língua” e a renunciarem à herança linguística recebida pela família e pela sociedade de origem. Uma renúncia forçada, na maior parte das vezes, que toma a forma de “integração” em novas pátrias. Como se para conseguir continuar a viver fora do próprio país fosse necessário fazer renúncias, abandonar patrimônios, não só materiais como geralmente acontece com quem deixa para trás a pátria de origem, mas também abandonar patrimônios que, na verdade, nos constituem como sujeitos inseridos em sociedades, nos atravessam sem que tenhamos consciência disso. Esse patrimônio é a língua, que permite nossa entrada no mundo, nomeando coisas, pessoas, sentimentos e, principalmente, dizendo nosso nome, em primeira pessoa: definindo um “eu” em contrapartida de um “Outro” (Serrani-Infante, 1997).

Enfim, a renúncia patrimonial do migrante é uma renúncia vital:

O apagamento da memória e o corte das raízes linguísticas e culturais parecem ser o preço a ser pago pelos migrantes em geral para que tenham a completa aceitação por

culturale: uno studio di caso”, De Rosa & De Laurentiis (a cura di), *Lingue policentriche a confronto: quando la periferia diventa centro*, Polimetrica, Milano: 2009).

parte das comunidades dos países que acolhem, dos professores que ensinam a e na “nova” língua, dos “novos” pais que educam os filhos adotados como se estes pudessem nascer pela segunda vez no ventre e no seio da nova família e da nova pátria (CHULATA, 2015, p. 8).

A naturalidade com a qual se vive tal processo de renúncia talvez seja o fator mais preocupante: muitas são as pessoas, as famílias e as comunidades que aos poucos foram utilizando a língua materna cada vez menos, desconsiderando a manutenção dos elementos linguísticos e culturais que a caracterizam e privando seus descendentes do seu patrimônio linguístico herdado. Estamos diante duma espécie de equação: renúncia à pátria = renúncia à língua, ou, segundo Julia Kristeva (1994), uma situação em que se constata “o silêncio dos políglotas”:

Não falar sua língua materna. Habitar sonoridades e lógicas cortadas da memória noturna do corpo, do sono agridoce da infância. Trazer em si, como um jazigo secreto ou como uma criança deficiente - benquista e inútil -, essa linguagem de outrora, que murcha sem jamais abandoná-la. Você se aperfeiçoa num outro instrumento, como nós nos expressamos com a álgebra ou o violino. Pode se tornar um virtuose com esse novo artifício que, aliás, proporciona-lhe um novo corpo, igualmente artificial, sublimado - alguns dizem sublime. Você tem o sentimento que a nova língua é a sua ressurreição: nova pele, novo sexo (p. 22).

O descaso com que sempre foi tratada a língua materna dos emigrantes, dos nascidos no estrangeiro em famílias de emigrantes e dos adotados, tem provocado nos estudiosos de Linguística e de Linguística Aplicada uma certa inquietação teórica: como podemos não aplicar à reflexão sobre a problemática da perda linguística dessas pessoas as contribuições de estudos realizados sobre língua e identidade, subjetividade, psicanálise, etc? Será que as reflexões feitas por Freud, Lacan, Derrida, Kristeva, Barthes, Foucault, Pêcheux, entre outros, são aplicadas somente aos estudos de língua materna e língua estrangeira? Os estudos dos pós-modernos são considerados somente em âmbitos relacionados à psicanálise e à didática de línguas materna e estrangeira? Faltará a esses “exilados” a força econômica e política para que despertem algum interesse de reflexão teórica e aplicada? Bem, nossas bússolas teóricas para analisar a perda da língua e o apagamento da memória são exatamente os Autores citados e outros que elaboraram suas reflexões a partir deles.

O papel determinante da língua materna para os falantes deve ser considerado, segundo Christine Revuz, “muito antes de poder falar”, pois “a criança é falada intensamente pelo seu ambiente, e não há uma palavra que não seja, a um só tempo,

designação de um conceito e discurso sobre o valor atribuído a esse conceito pelo ambiente” (REVUZ, 2006, p. 219). Esse introjetar o sistema de valores inato da língua materna vai determinar o que é permitido dizer e o que é “interdito”, vai condicionar a vida do falante, mas, principalmente, vai condicionar linguisticamente esse falante. Uma “entrada na vida” linguística e cultural determinada pela língua materna que vai permitir/ou não permitir flexibilidade no investimento de habilidades em línguas estrangeiras. A questão aqui se põe de maneira tal que não podemos determinar o quanto o falante quer ou tem condições, ou se predispõe a falar outra língua tanto quanto é falado por sua língua materna.

Essa questão de falar uma língua estrangeira como se fala a língua materna não será por nós debatida, mas temos aqui a tentação de colocar em relação língua materna e língua estrangeira, para falar de língua de herança, ancorados no livro de Georges Lapassade, *L'entre des la vie: essai sur l'inachèvement de l'homme* (1972). Segundo nossa hipótese, a língua de herança adquire valor teórico e aplicado exatamente no espaço de confronto entre a língua materna e a(s) língua(s) estrangeira(s). Tentaremos esclarecer essa aproximação através de uma síntese da teoria lapassadiana no livro citado e da elaboração de algumas perguntas funcionais, na nossa opinião, à manutenção da língua de herança.

Eternamente jovens, eternamente incompletos: memória genética?

Lapassade, em *L'entre des la vie*, dá início às suas reflexões partindo da condição de neotenia de algumas formas biológicas estudadas por Charles Darwin, ou seja a persistência da forma juvenil de uma espécie animal muito além do tempo, até mesmo ao longo da vida inteira. Em zootecnia foram feitos estudos sobre algumas espécies, o caso mais famoso é o do axolote mexicano (*Ambystoma mexicanum*), uma espécie de salamandra que não se desenvolve na fase de larva, conserva durante toda a vida brânquias externas, uma característica do estado larval, e, além disso, tem capacidade de regeneração, podendo recriar um membro em caso de perda do mesmo². Alguns biólogos, no início do século XX, aproximaram essas formas de vida à situação de uma possível neotenia na espécie humana, é o exemplo de Louis Bolck, anatomista holandês.

² Cfr. https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ambystoma_mexicanum

Lapassade, em 1959, em “Un problème darwinien: l'évolution par néoténie”, “Présentation de Louis Bolk (1960) e de outros trabalhos de tradução realizados juntamente com François Gantheret (1961) aproximou às Ciências Humanas e Sociais o tema do homem neoténico. A hipótese lapassadiana, a partir da contribuição da biologia, da psicologia do desenvolvimento, da psicanálise, da sociologia e da filosofia, estabelece que o homem permanece durante toda a sua vida imaturo e o que acreditamos ser a idade adulta é uma perpétua transformação adolescente. Ou seja, o desenvolvimento do homem, sua anatomia e seu psiquismo levam consigo a marca da imaturidade, de uma juventude que nunca acaba (LEVIVIER, 2010).

Esse conceito de *inachèvement* (“inacabamento”) em *L'entre des la vie* e em geral na obra de Georges Lapassade, não é apresentado como negativo: é a condição através da qual o ser humano “aprende” sempre e se transforma ao longo da vida sem nunca abandonar suas características genéticas iniciais. Exatamente como aquela condição de neotenia de algumas formas biológicas citadas anteriormente.

O que nos interessa neste estudo é que esse ser inacabado, que tem suas características genéticas primordiais, que muda sem na verdade mudar completamente, como um eterno adolescente que nunca atinge a maturidade, qual miragem jamais alcançada (mesmo porque atingir a maturidade levaria o ser humano à morte que não é individual mas de gênero) se inscreve num sistema simbólico: é ser de língua e de linguagem.

Segundo essas condições, sugeridas por Lapassade, como podemos imaginar a perda da língua fundadora por parte do ser humano? Como preservar a “espécie” eliminando uma sua característica que é ao mesmo tempo genética e social? Que efeitos podem acarretar a perda instrumental da língua materna por causa da língua estrangeira? E, ainda, podemos falar de memória genética, memória linguística e memória cultural a um só tempo, como inscrição e marca distintiva do “exemplar” humano?

Não é nossa pretensão responder à essas perguntas diretamente, mas problematizar algo que se apresenta como “natural”: a perda da língua materna quando pessoas migram, apesar de levarem consigo a língua que os define, atravessa e caracteriza como “estrangeiros” numa nova pátria de adoção ou de exílio.

A capacidade do ser humano de abertura à mudança sem nunca mudar totalmente e de se auto-preservar no seu “inacabamento” (*inachèvement*), aprendendo novas coisas, novas línguas, permanecendo “neoténico”, merece, na nossa opinião, a devida reflexão. Obrigar ou favorecer o apagamento linguístico e cultural é colocar pessoas em condições de serem violentadas na própria expressão vital. O desenraizamento é, simultaneamente, momento de abertura a novas possibilidades e de reflexão sobre as próprias raízes socioculturais e linguísticas. Cortar essas raízes é provocar esquecimento, é favorecer o não pertencimento e, assim, abalar o ser humano no seu psiquismo com o apagamento da memória, subjetiva e social, representada pela língua: verdadeira herança que a essas condições é linguística, cultural e, porque não, genética.

Essa problemática da herança linguística, da língua de herança, é evidenciado somente porque o contato da língua materna com outra(s) língua(s) (estrangeiras?) pode acarretar (e geralmente acarreta) o esquecimento da língua materna.

Para melhor refletir sobre esse “choque” na constituição da subjetividade recorreremos aos princípios postulados por Revuz (2006), já citada anteriormente.

O paradoxo da aprendizagem linguística

Endereçando nossa reflexão para a “brecha” aberta no contato da língua materna com a língua estrangeira, a que chamamos de língua de herança, recuperamos a questão colocada por Revuz (2006):

a aprendizagem de línguas nos põe diante de um paradoxo: como é que o “filhote de homem”, tão frágil física e intelectualmente, tem sucesso na façanha de aprender a falar em um tempo recorde, e que seja tão difícil repetir essa proeza quando, já crescido, autônomo e dotado de uma enorme quantidade de saberes e de instrumentos intelectuais, ele acomete uma outra língua? (p. 213).

Em seu texto, a Autora, além de refletir sobre a questão da facilidade ou dificuldade de aprendizagem de línguas estrangeiras a partir de situações geográficas e culturais; sobre o *confronto entre primeira e segunda língua* e as modalidades desse confronto nas práticas didáticas, abre o debate para a complexidade da língua:

objeto de conhecimento intelectual, a língua é também objeto de uma prática. Essa prática é, ela própria, complexa. Prática de expressão, mais ou menos criativa, ela solicita o sujeito, seu modo de relacionar-se com os outros e com o mundo; prática corporal, ela põe em jogo todo o aparelho fonador. Sem dúvida, temos aí uma das pistas que permitem

compreender por que é tão difícil aprender uma língua estrangeira. (Revuz, 2006, p. 216, 217).

Assim, essa complexidade se dá pelo fato de, ao mesmo tempo, o falante ter que “ligar essas três dimensões: afirmação do *eu*, trabalho do corpo, dimensão cognitiva” (Revuz, 2006, p. 217). Ora, o *eu*, o corpo e o cognitivo já estão bem equilibrados no falante de língua materna, em condição não patológica.

Achamos que numa situação em que a língua materna, no confronto com a(s) língua(s) estrangeira(s), devido a uma situação de migração de tipo qualquer, não tenha sua existência entorpecida na psique, no corpo e na mente do falante, temos a possibilidade de uma herança linguística concreta e a possibilidade de favorecer a manutenção de um patrimônio.

O falante migrante tem, pelo menos, duas vantagens em não abrir mão de sua herança linguística: i. continuar a aprendizagem de vida e de línguas preservando sua “entrada na vida” por meio da língua que o iniciou na aventura do “inacabamento” e ii. garantir um equilíbrio que é psíquico e cognitivo através da manutenção de elementos afetivos e linguísticos, fato que continuar a falar e/ou escrever na língua fundadora proporciona.

Tais vantagens preservam e ampliam o patrimônio linguístico do migrante, de seus filhos, de sua comunidade: a essas condições a língua materna do migrante é uma herança para si, para sua família e para sua comunidade.

Revuz, para quem a língua não é na verdade um “instrumento de comunicação”, em seu texto, aqui preso em consideração, afirma que

é justamente porque a língua não é em princípio, e nunca, só um “instrumento”, que o encontro com uma outra língua é tão problemático, e que ela suscita reações tão vivas, diversificadas e enigmáticas. Essas reações se esclarecem um pouco se for levado em consideração que o aprendiz, em seu primeiro curso de língua, já traz consigo uma longa história com *sua* língua (op. cit., p.217).

E é assim que, a partir dessa reflexão, consideramos que essa “longa história” é a história da língua de herança a ser preservada e cuidada, que não pode ser esquecida porque nela está inscrita uma memória subjetiva e social.

Continuando na reflexão sobre as características e importância da língua materna na determinação da visão de mundo do sujeito, a problemática da nomenclatura discutida

por Revuz vai ser levada à seguinte conclusão: “a operação de nominação em língua estrangeira, mais do que uma regressão, vai provocar *um deslocamento das marcas anteriores*”, ou seja, “a língua estrangeira vai confrontar o aprendiz com um outro recorte do real mas sobretudo com um recorte em unidades de significação desprovidas de sua carga afetiva” (Revuz, op. cit., p. 223). Se nos basearmos nas palavras de Revuz, que na verdade são postulados advindos da psicanálise, o apagamento da memória linguística mexe profundamente com a estrutura psíquica do migrante, abala suas bases afetivas, não permitindo uma negociação crítica do sujeito no momento da nominação em língua estrangeira.

Além desse importante reconhecimento, isto é, o depauperamento afetivo e um certo desequilíbrio psíquico pela ausência ou apagamento mnemônico da orientação instrumental linguística do falante, nos interessa a possibilidade fazer propostas de manutenção da língua de herança, apesar da falta de políticas linguísticas específicas.

Há, principalmente nos Estados Unidos, várias organizações culturais que estão se organizando para a realização de cursos de manutenção do português como língua de herança³. As necessidades pedagógicas de grupos específicos são uma riqueza do ponto de vista teórico e aplicado e fazem com que se revejam e se repensem paradigmas até então cristalizados.

Também na Europa, especificamente na Itália, coordenamos um grupo de pesquisa sobre PLH no âmbito do Projeto Promoção, Difusão e Valorização do Português Brasileiro em Comunidades Minoritárias: Aspectos Sociais, Políticos e Linguísticos (Secadi/MEC/Capes). O projeto italiano prevê a organização de cursos de PLH para os filhos dos brasileiros residentes na cidade de Pescara e no interior da cidade.

Antes, porém, de implementar o curso de PLH na cidade de Pescara, convém, a nosso ver, que se façam reflexões sobre as especificidades pedagógica e didática de tal empreitada.

³ Sobre a instituição e as atividades dessas organizações: Jennings-Winterle e Lima-Hernandes 2015 e CHULATA 2015.

Uma didática específica para o PLH: *Outros sujeitos, outras pedagogias*

Partindo do pressuposto que a tomada de consciência da própria condição leva grupos sociais, étnicos, raciais, etc a lutar por seus direitos, achamos que a tomada de consciência da própria situação linguística pode levar comunidades minoritárias, como as comunidades de brasileiros espalhadas pelo mundo a quererem se organizar do ponto de vista da manutenção do PLH.

A referência pedagógica de Miguel G. Arroyo (2012), no título deste parágrafo, é justificada pela nossa experiência com o PLH na cidade de Pescara, na Itália. Existe nessa cidade uma significativa comunidade de brasileiros cujos filhos tem o português brasileiro como língua de herança. Assim como coletivos se organizam para a conquista de direitos negados e procuram novos espaços geográficos e de ação, comunidades de fala brasileira começam a avançar reivindicações de tipo pedagógico já que as pedagogias institucionalizadas não satisfazem as necessidades linguísticas, culturais e sociais dessas comunidades.

O paralelismo das comunidades de fala brasileira com os grupos sociais marginais presentes no território brasileiro tem seu fundamento por necessitarmos de uma pedagogia específica e diferente segundo as diferentes situações macro ou micro sociais: são os grupos, com suas necessidades, que determinam ações pedagógicas específicas, novas pedagogias para grupos que fogem aos modelos institucionais.

Afirmamos, ao longo deste artigo, a diversidade da LH em relação à LM e à LE. Desenhamos um espaço específico da LH para o sujeito, para os migrantes e seus filhos, para os adotados. Assim essa língua *outra*, que não é materna e que não é estrangeira, requer uma *outra* pedagogia por estar colocada noutro espaço, fora da pátria de nascimento ou de pertencimento.

Com a intenção de sulcar esse novo território teórico e aplicado, temos conduzido um estudo pedagógico, linguístico e etnográfico, na comunidade de fala brasileira na cidade de Pescara.

Para recuperar e realizar a manutenção da memória linguística dessa comunidade, serão realizados cursos de português brasileiro sob nossa coordenação, com a

participação de estudantes estagiários da Università “G. d’Annunzio” de Chieti-Pescara, na Itália.

A organização desses cursos só foi possível graças à manifestação de interesse por parte da comunidade de fala brasileira, que, além de sentir profundamente a necessidade afetiva de deixar o legado linguístico aos filhos, foi sensibilizada, durante encontros realizados na universidade, para a importância da manutenção da língua portuguesa falada em casa e na comunidade brasileira de referência.

Assim, a organização e o projeto dos cursos de PLH estão sendo pensados segundo um outro paradigma, segundo o ensino da língua que foge aos cânones da língua materna e da língua estrangeira não só em “conteúdos”, mas também repensando as práticas.

Para essa mudança pedagógica e didática, estamos realizando uma pesquisa sobre os recursos linguísticos e a diversidade cultural da comunidade de fala brasileira, sobre as variedades de língua utilizadas pela comunidade, sobre as necessidades e as vontades de manutenção e atualização das formas linguísticas, culturais, folclóricas, etc; estamos negociando ações, contextos e (des)equilíbrios afetivos ligados à língua falada/ouvida em família.

Conclusão

Ao longo deste artigo, tentamos levantar questões relacionadas à língua dos migrantes, de seus filhos, de crianças adotadas, em relação à possibilidade de perda da língua materna e conseqüente perda da herança linguística que pais podem/desejam/não desejam deixar aos filhos.

A importância da LH para a estruturação psíquica dos sujeitos merece maior estudo e reflexão, que no espaço restrito deste artigo pôde ser somente esboçada, mas que será aprofundado ao longo do projeto anunciado.

A premissa lapassadiana de que o ser humano é *inachèvement* é a condição que corrobora nossa tese de que para aprender uma nova língua no país de adoção não é necessário, e nem é possível pensar como necessária essa condição desestabilizadora, isto é, “esquecer” a língua materna: o ser humano nunca se completa e ao mesmo tempo vai se modificando sem atingir uma maturidade; e essa é a base concreta que determina a

possibilidade de aprendizagem de novos conceitos, de novas línguas por parte do ser humano, é o seu ser inacabado que permite a tentativa de aprender, de tentar amadurecer, adiando sempre o “ser adulto”, idealizado e completo.

No projeto humano de aprendizagem contínua não está previsto o corte substancial de recursos afetivos e cognitivos. Ao contrário, a emotividade que se liga à nossa memória afetiva nos guia, muitas senão todas as vezes, em nossas decisões, em nossos momentos difíceis. Já Daniel Goleman, com seu *Inteligência Emocional*, publicado em 1995, se questionava sobre o papel da emotividade na aprendizagem e propunha uma reflexão de fundo sociológico, biológico e pedagógico num momento de grande mal estar da sociedade americana naquele momento.

Na primeira parte de seu livro, no parágrafo intitulado “Para que servem as emoções?”, seguido de uma citação do livro *O pequeno príncipe*, Goleman apresenta a prevalência da emoção na vida dos homens e das mulheres. O contraste entre o emocional e o racional faz parte do conflito cotidiano das pessoas e, nos momentos difíceis, não há racionalidade que ganhe se as emoções nos dominam, segundo o Autor. A reflexão de Goleman se sustenta na sociobiologia e na psicologia para nos indicar uma outra via possível à aprendizagem, principalmente, a uma aprendizagem que forme pessoas, com toda sua carga emotiva e afetiva, numa palavra: equilibradas. Assim, uma sociedade goza de boa saúde se seus cidadãos tem equilíbrio entre o saber e o querer, tem intuição segundo um aprendizado guiado também pela emotividade.

Goleman, em suas reflexões, solicita as orientações evolucionistas:

Os sociobiólogos indicam a preeminência do coração sobre a mente nesses momentos cruciais, quando indagam por que a evolução deu à emoção um papel tão essencial na psique humana. Nossas emoções, dizem, nos guiam quando enfrentamos provações e tarefas demasiado importantes para serem deixadas apenas ao intelecto o perigo, a dor de uma perda, a persistência numa meta apesar das frustrações, a ligação com um companheiro, a formação de uma família. Cada emoção oferece uma disposição distinta para agir; cada uma nos põe numa direção que deu certo no lidar com os recorrentes desafios da vida humana. A medida que essas situações se repetiram e repetiram ao longo de nossa história evolucionária, o valor de sobrevivência de nosso repertório emocional foi atestado gravando-se em nossos nervos como tendências inatas e automáticas do coração humano (Goleman, 1996, s.p.)

O texto de Goleman nos parece enriquecedor para a reflexão aqui proposta, pois a manutenção da LH propõe exatamente a não violência, no sentido em que respeita a emotividade naturalmente ligada à língua que embala nossos sonhos de criança, que

acompanhou nossas inquietações adolescentes: a manutenção da LH é ou não é fundamental na promoção de uma sociedade mais equilibrada? não esquecer a língua materna e deixá-la em herança poderá melhorar comunidades minoritárias? Achamos que sim.

É ainda Goleman que nos ajuda a corroborar nossa tese: podemos aprender várias línguas e com certeza vamos mudar nossa visão de mundo se migramos, até mesmo mudando de uma rua para outra, de um bairro para outro. Quem leva a língua para outro país, com certeza, vai mudar muitas coisas em si, isso, no entanto, não só não subentende o corte das raízes linguísticas e afetivas, mas também afirma uma necessidade de não violentar o próprio corpo, utilizando todos os recursos construídos e sedimentados no nosso modo de ser e de estar no mundo:

Uma visão da natureza humana que ignora o poder das emoções é lamentavelmente míope. O próprio nome *Homo sapiens*, a espécie pensante, é enganoso à luz da nova apreciação e opinião do lugar das emoções em nossas vidas que nos oferece hoje a ciência. Como todos sabemos por experiência, quando se trata de modelar nossas decisões e ações, o sentimento conta exatamente o mesmo e muitas vezes mais que o pensamento. Fomos longe demais na enfatização do valor e importância do puramente racional do que mede o QI na vida humana. Para o melhor e o pior, a inteligência não dá em nada, quando as emoções dominam (Goleman, 1996, s.p.).

Referências bibliográficas

- Chulata, K. (2015). *Português como Língua de Herança. Discursos e percursos*, Lecce: PensaMultimedia, 2015.
- Goleman, D. (1996) *Inteligência emotiva*, http://www.projeto.camisetafeitadepet.com.br/imagens/banco_imagem_livros/52_livro_siete.pdf
- Jennings-Winterle, F. & Lima-Hernandes, M. C. (2015). *Português como Língua de Herança: A filosofia do começo, meio e fim*. New York: Brasil em Mente.
- Kristeva, J. (1994). *Estrangeiros para nós mesmos*. (M. C. Carvalho Gomes, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Lapassade, G. (1972). *L'entre des la vie: essai sur l'inachèvement de l'homme*. Paris: UGE.
- Levivier, M. (2010). L'homme inachevé: à propos de la thèse de Georges Lapassade, *Nouvelle revue de psychosociologie* 1/2010 (n. 9), p. 177-185 URL: www.cairn.info/revue-nouvelle-revue-de-psychosociologie-2010-1-page-177.html. DOI : 10.3917/nrp.009.0177.
- Melman, C. (1992). *Imigrantes: Incidências Subjetivas das Mudanças de Língua e País*. São Paulo: Escuta.

- Revuz, C. (2006). A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do Exílio. In I. Signorini (Org.). *Lingua(gem) e identidade – elementos para uma discussão no campo aplicado*, pp. 213-230. Campinas: Mercado de Letras.
- Serrani-Infante, S. (1997). *Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas*. DELTA [online]. Vol.13, n.1, pp. 63-81. ISSN 1678-460X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501997000100004>.